

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

25 e 26 de setembro de 2012

Rio Grande do Sul

Porto Alegre

Davi Schmidt



PAINEL I – GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO FEDERATIVO

Painelistas:

- Antonio Semeraro Rito Cardoso - IPEA
- Rafael Gomes França - MI
- Secretaria Geral da Presidência da República – Márcia Kumer
- Davi Schmidt – SEPLAG RS
- Sociedade Civil -

TEXTO DE REFERÊNCIA

- desafios da governança -

- Concepção e implantação de mecanismos democráticos de participação social;
- Modelos de gestão;
- Montagem e aplicação de arranjos institucionais de cooperação vertical e horizontal;
- Caráter recente da participação organizada da sociedade civil na política pública brasileira;
- Escassez de mecanismos de coordenação e articulação entre União, Estados e Municípios.

“Uma nova utopia democrática”

Um sistema de participação atual deve ser sofisticado, multifacetado e priorizar o compartilhamento, ampliando o acesso aos códigos do Estado e reconhecendo diversas formas de mobilização e participação. Não há por que definir um instrumento mais ou menos importante. A participação presencial deve combinar-se com a virtual.



Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã



SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ

COMITÊ GESTOR PARITÁRIO – GOVERNO E SOCIEDADE

COORDENAÇÃO EXECUTIVA GOVERNAMENTAL: SEPLAG, SECDES, GABINETE DIGITAL, GABINETE DOS PREFEITOS E GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Decisões Orçamentárias

PPA Participativo

Orçamento Participativo com Consulta Popular

Controle Social

COREDES

Conselhos Setoriais e de Direitos

Diálogos Sociais

CDES

Câmaras Temáticas

Diálogos para o Desenvolvimento

Gabinete dos Prefeitos

Relações Federativas: Municípios, RS, BR

Gabinete do Governador

Plenárias de Interiorização

Encontros para o Desenvolvimento

Participação Digital

Gabinete Digital

Governador Responde

Governador Escuta

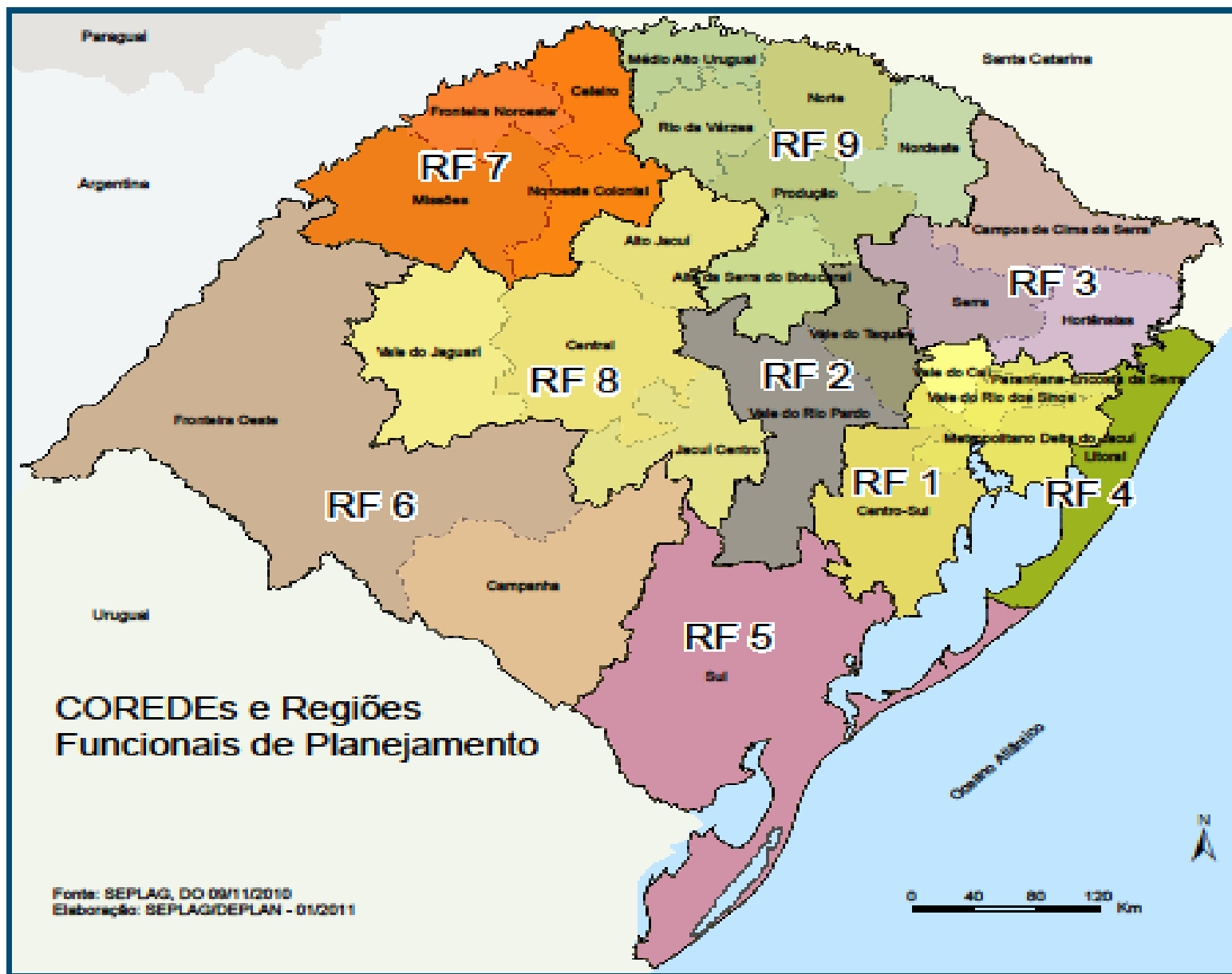
Governador Pergunta

Programa de Combate às Desigualdades Regionais

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs



Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã





Méritos da Participação

1. Participação regular dos cidadãos no processo de definição das políticas públicas e definição das diretrizes para o desenvolvimento.
2. Deslocamento das prioridades para as necessidades mais prementes da população.
3. Ampliação do número de pessoas que fazem parte do processo de tomada de decisão, democratizando assim a relação entre governo e sociedade civil.
4. Surgimento de redes associativas em lugares em que não existem.
5. Criação de mecanismos de geração de uma democracia distributiva.
6. Alcance de um nível de equidade maior na forma de distribuição dos recursos, na medida em que limita a ação dos mediadores políticos substituindo-os por fóruns onde a população toma as principais decisões sobre essa distribuição.

Os principais pontos que orientam o Sistema de Participação Popular e Cidadã

1. A adoção do planejamento de médio e longo prazo;
2. Plenárias Públicas de participação abertas;
3. O voto direto universal;
4. Garantia do acompanhamento e do controle da execução das obras, serviços e políticas;
5. A região (território) é uma unidade de participação;
6. Deliberação sobre a totalidade dos investimentos, compatibilizadas com as prioridades estratégicas e as definições de ordem legal;
7. A criação e o desenvolvimento de sistema informatizado de dados e de comunicação;

Os principais pontos que orientam o Sistema de Participação Popular e Cidadã

8. Estímulo à participação virtual, que torne dinâmicos a escuta e o diálogo entre governo e cidadãos;
9. A presença estruturada do governo nas regiões;
10. Criação das Casas da Participação nas regiões;
11. A criação de condições para a participação de todo o movimento social;
12. Coordenação das formas de participação existentes na sociedade e no governo para evitar sua sobreposição;
- 13.** Atenção com a qualidade da representação das instâncias;
14. Consideração pelos **conselhos estaduais de políticas e de direitos** como entidades híbridas qualificadas no diálogo sobre os temas fundamentais da cidadania.

a síntese é difícil: diferentes linguagens (ver
no: DELIBERATIVO) – Um respeito da
SSIDIARIEDADE que tem confinado a nível local a
icipação..



I SEMINÁRIO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ

- 24 e 25 de fevereiro de 2011
- Afirmação da política de construção de um sistema de participação – criando condições internas ao governo;
- Presença do Governo Federal, de teóricos e ativistas nacionais e internacionais deram legitimidade à iniciativa;
- Recomendação de considerar todos os formatos de participação já experimentados assim como as redes sociais e a participação pela Internet ...

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

SEMINÁRIO

SISTEMA ESTADUAL DE
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:
BASES CONCEITUAIS

Experiências de



SEMINÁRIO

SISTEMA ESTADUAL DE
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ:
BASES CONCEITUAIS

24 E 25
DE FEVEREIRO



II SEMINÁRIO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ

- 17 e 18 de novembro de 2011
- Apresentação do 1º desenho do Sistema de Participação;
- Integrantes do Governo do Estado tiveram oportunidade de se manifestar e se ver dentro do desenho;
- Foi destacada a condição favorável do Estado para a implantação do Sistema;
- Necessidade de institucionalizar o Sistema para se transformar em estrutura permanente;
- Coordenação ampla e autônoma, com representatividade da sociedade civil, com algum processo que chegue ao nível municipal.

Setores e instâncias de participação

- Orçamento Participativo – 22 anos
- Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes – 20 anos
- Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes – 20 anos
- Consulta Popular – 13 anos
- Conselhos Setoriais de Direitos e de Políticas – (20 estaduais + 5.000 municipais)
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
- Participação Virtual: Gabinete Digital, Portal da Participação, portais dos órgãos, twitters dos órgãos, ...

Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes

- **Lei estadual** -de 17 de outubro de 1994.
- **Fórum de discussão e decisão** a respeito de políticas e ações relacionadas aos processos de desenvolvimento regional

Principais objetivos: promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integração dos recursos e das ações do governo nas regiões; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Regiões Funcionais de Planejamento - RFP

- Origem: Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG
- Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015
- Critérios das RFP
 - Homogeneidade econômica, ambiental e social;
 - Adequação de variáveis correspondentes para identificação de polarizações.

As quatro dimensões do Sistema de Participação Popular e Cidadã

- Diálogos Sociais
- Controle Social
- Participação Digital
- Decisões Orçamentárias



DIÁLOGOS SOCIAIS

- Encontros e diálogos presenciais e digitais entre Sociedade e Governo.
- Quanto mais intensificado for o diálogo social, maior transparência existirá nas decisões.
- Os agentes políticos, econômicos e sociais devem refletir utilizando “diálogos estruturados” – que não se limitam a uma atuação esporádica, como mero instrumento de consulta, sendo um método permanente de governança.
- Também diálogos esporádicos devem ser levados em conta e analisados.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – RS – CDES/RS

- Um fórum que reúne empresários, trabalhadores, produtores rurais, agricultores familiares, movimentos sociais, universidades, sindicatos e representações da sociedade civil organizada.
- Objetivo 1: criar condições políticas para a concertação de um caminho estratégico para o estado em um ambiente de mediação de conflitos e interesses, e de construção de consensos.
- Objetivo 2: apontar diretrizes de ação programática a respeito dos investimentos públicos em logística, infraestrutura, políticas públicas de educação, saúde, segurança, meio ambiente, geração de emprego e renda, e inovação tecnológica.

Interiorizações

- Como parte da dimensão “Diálogos Sociais” do Sistema de Participação, visa, com a presença do Governador e do Secretariado, diminuir a distância que existe entre a estrutura do Estado e a comunidade organizada.
- É oportunidade para dialogar com determinada região do Estado, reunindo com lideranças e cidadãos, informando os planos do Governo, apresentando soluções, e dialogando sobre as diferentes necessidades daquela região.

Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas

Um espaço para promover a interação das políticas públicas estaduais com as municipais e federais, para o desenvolvimento de políticas comuns.



Programa de Combate às Desigualdades Regionais

- Responde ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento regional, atentando, em especial, para a situação das **regiões que vem, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social**
- Trata-se de **priorizar algumas regiões** que não tem acompanhado as médias de crescimento do Estado, somando esforços para reversão desse quadro e proporcionando um maior equilíbrio para o desenvolvimento.

Participação Digital

Tem a finalidade de estimular uma nova cultura de participação na gestão pública utilizando diversas ferramentas de participação online. O objetivo é estimular e ampliar a democracia e o fortalecimento da cidadania, promovendo a eficiência e o controle social sobre o Estado, estruturando a relação do Governador com as diversas formas de escuta e participação através das redes digitais.

- Agenda Colaborativa
- Governador Pergunta
- Governador Responde
- Governo Pergunta

CONTROLE SOCIAL

- O controle social é uma forma de participação da população na gestão pública. Ele garante aos cidadãos espaços para influir nas políticas governamentais, além de possibilitar seu acompanhamento, a transparência em sua execução, avaliação e fiscalização.
- Todos os setores e instâncias de participação podem exercer controle social, como conselhos regionais e setoriais, conferências, audiências públicas, ...

DECISÕES ORÇAMENTÁRIAS

- É a dimensão do Sistema de Participação que trata das definições em relação às peças orçamentárias do Estado, que são: Plano Plurianual – PPA; Diretrizes Orçamentárias; e Orçamentos Anuais – que, transformadas em lei, estabelecem a receita e a despesa pública.
-

Plano Plurianual Participativo 2012 -2015

Síntese

- 9 seminários regionais – nas 9 Regiões Funcionais de Planejamento
- Participação de 6 mil lideranças – 350 entidades
- 12 mil manifestações colhidas pelo portal da participação – www.participa.rs.gov.br
- Constituído de 86 programas – 536 ações

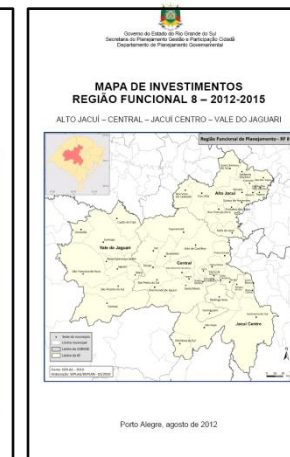
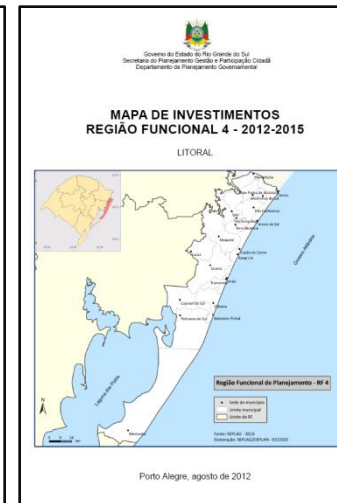
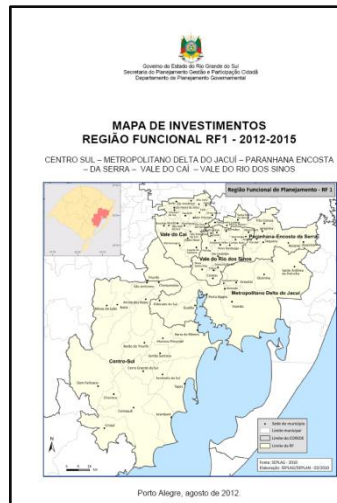


CICLO ANUAL DAS DECISÕES ORÇAMENTÁRIAS

PREPARAÇÃO DO GOVERNO	.ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA ORIENTAR A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO .FÓRUNS REGIONAIS DO GOVERNO .CRIAÇÃO DO COORDENADOR SETORIAL DA PPC PARA MELHORAR A RELAÇÃO ENTRE SECRETARIAS E COM OS FÓRUNS REGIONAIS DO GOVERNO	MARÇO
1ª ETAPA	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS	ABRIL
2ª ETAPA	ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS	MAIO
3ª ETAPA	FÓRUNS REGIONAIS	JUNHO
4ª ETAPA	VOTAÇÃO UNIVERSAL DAS PRIORIDADES	JULHO
5ª ETAPA	FORUM ESTADUAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ E GOVERNO FECHANDO A PROPOSTA DE ORÇAMENTO	JULHO E AGOSTO
FINAL	ENTREGA DA PEÇA ORÇAMENTÁRIA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	15 DE SETEMBRO

Mapas de Investimentos: 10 cadernos: Estado do Rio Grande do Sul e 9 Regiões Funcionais de Planejamento

Estarão disponíveis no site da SEPLAG – www.seplag.rs.gov.br



CONCLUSÕES

- ❖ Refletir sobre participação cidadã, hoje, é também procurar respostas à crise da representação, que perturba regimes democráticos em todo mundo;
- ❖ Compartilhar decisões, numa sociedade fragmentada, é também reconhecer identidades, o que torna as decisões mais complexas. Temos uma grande diversidade de problemas a enfrentar e também uma enorme gama de sujeitos a atender e ouvir;
- ❖ Considerar as formas de participação existentes;
- ❖ Instituir Sistema Nacional de Participação;
- ❖ Ter atenção com a sobreposição de instrumentos democráticos.

4. COREDES – COMUDES – REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO

COREDES:

Lei estadual nº 10.283 de 17 de outubro de 1994.

Fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações relacionadas aos processos de desenvolvimento regional do RS.

Principais objetivos: promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integração dos recursos e das ações do governo nas regiões; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

4. COREDES – COMUDES – REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO

- **REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO**
 - Origem: Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – SEPLAG
 - Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015
 - Critérios das RFP
 - Homogeneidade econômica, ambiental e social;
 - Adequação de variáveis correspondentes para identificação de polarizações.

4. COREDES – COMUDES – REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO

- **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS COREDES**
 - **Assembleia Geral Regional** – composta por representantes da sociedade civil organizada e dos poderes públicos da região, assegurada a paridade entre trabalhadores e empregadores;
 - **Conselho de Representantes** – como órgão executivo e deliberativo de primeira instância;
 - **Direção Executiva** – composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo – com mandato de dois anos, cabendo-lhes dirigir a assembleia geral e o conselho de representantes;

INTERIORIZAÇÕES

1ª	29 de janeiro de 2011	Piratini
2ª	15 de fevereiro de 2011	São Borja
3ª	15 de abril de 2011	Lagoão
4ª	1º de julho de 2011	Bagé
5ª	29 de julho de 2011	Santana do Livramento
6ª	30 de agosto de 2011	Esteio
7ª	30 de setembro de 2011	Taquara
8ª	18 de outubro de 2011	Ijuí

INTERIORIZAÇÕES

9ª	19 de novembro de 2011	Cacequi
10ª	17 de dezembro de 2011	Tramandaí
11ª	30 de janeiro de 2012	Santa Rosa
12ª	25 de fevereiro de 2012	São Lourenço do Sul
13ª	25 de março de 2012	Santa Maria
14ª	16 de março de 2012	São Jerônimo
15ª	28 de abril de 2012	Rio Grande
16ª	1º de junho de 2012	Itaqui
17ª	27 de julho de 2012	Pelotas

ENCONTROS PARA O DESENVOLVIMENTO

1	15 de outubro de 2011	Alegrete
2	11 de novembro de 2011	Uruguaiana
3	25 de agosto de 2011	São Borja
4	15 de fevereiro de 2012	Lagoa Vermelha
5	2 de abril de 2012	Taquari
6	12 de abril de 2012	Erechim
7	25 de maio de 2012	Cruz Alta
8	14 de junho de 2012	Novo HAMBURGO
9	14 DE JULHO DE 2012	Faxinal do Soturno – Quarta Colônia

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS 2011

Nº	CONFERÊNCIAS	DATA	Nº DE CONFERÊNCIAS QUE ANTECEDERAM A ESTADUAL
1ª	Conferência da Cultura para o Rio Grande Crescer	29 a 30 de abril	08 municipais
2ª	4ª Conferência Estadual do Idoso	13 a 15 de julho	97 municipais e 3 regionais
3ª	1ª Conferência Estadual de Esporte e Lazer	9 de junho a 20 de agosto	8 regionais
4ª	5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar	15 a 17 de agosto	30 municipais e 22 regionais
5ª	6ª Conferência Estadual da Saúde	1º a 4 de setembro	380 municipais
6ª	9ª Conferência Estadual de Assistência Social	27 a 29 de setembro	466 municipais
7ª	2ª Conferência Estadual de LGBT	21 a 23 de outubro	1 municipal e 10 regionais
8ª	4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres	21 a 23 de outubro	66 municipais e 8 temáticas
9ª	1ª Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente	31 de outubro a 1º de novembro	6 regionais
10ª	1ª Conferência Estadual do Turismo	14 a 15 de dezembro	11 regionais

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS 2012

	CONFERÊNCIAS	DATA	PARTICIPANTES
1	1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (1ª CENATER)	14 E 15 DE MARÇO	120
2	1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social no RS	15 de março	500
3	8ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	25 a 27 de abril	886
4	4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência	27 a 29 de julho	
5	1ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional	24, 25 e 26 de setembro	

PROGRAMA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

	Regiões escolhidas	Data de Lançamento
1	Altos da Serra do Botucaraí	25/05/2011
2	Médio Alto Uruguai	12/06/2012
3	Centro Sul	30/03/2012
4	Sul	18/06/2011
5	Campanha	03/08/2012
6	Fronteira Oeste	03/08/2012
7	Celeiro	23/08/2012
8	Norte	A definir
9	Paranhana-Encosta da Serra	A definir

MAPAS DE INVESTIMENTOS

